

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114

Avenida Presidente Vargas, nº 251, Centro – CEP 66.010-000 – Belém-Pará



Banpará

Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária

Em 30 de junho de 2009 e 2008, acompanhadas do

Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Caros Acionistas e Clientes,

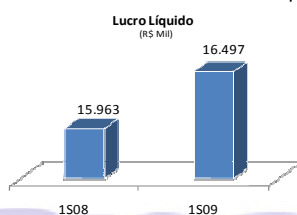
Cenário Econômico

O primeiro semestre de 2009, dada a crise financeira mundial, registrou trajetória de queda no nível das atividades nas economias mais desenvolvidas, que, excetuando-se a da China, experimentaram recessão.

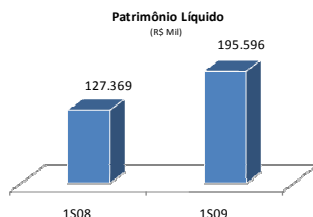
No Brasil, os reflexos da crise têm sido amenizados com a implementação de uma política monetária que contempla reduções das taxas de juros e diminuição das restrições de concessão de crédito, portanto garantindo liquidez, não bastasse a política fiscal que reduziu o IPI sobre bens duráveis, decisiva para afastar o perigo da recessão de setores da economia, na medida em que impulsionou a demanda de bens duráveis de consumo. Tudo isto, sem comprometer a meta de inflação do País. Como resultado, há expectativa, ao final de 2009, de que os indicadores econômicos sejam positivos, com o PIB registrando crescimento de 1%, a inflação mantendo-se abaixo da meta inflacionária e a oferta de crédito doméstico voltando a normalidade.

Desempenho

O Banpará apresentou lucro líquido de R\$ 16.497 mil no primeiro semestre de 2009, resultado 3,4% maior, comparado ao do primeiro semestre de 2008, proporcionando rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 10,2% e retorno sobre os ativos de 9,2%.



Os lucros crescentes e, conseqüentemente, aumento do patrimônio líquido, que totalizou R\$195.596 mil, permitiram a otimização do índice de adequação de capital do Banco. Em junho de 2009, o índice de Basileia chegou a 24,7%, sendo que o limite estabelecido na legislação é de 11%. A situação do limite de imobilização, também instituído pelo Acordo de Basileia, é de 20,7% do Patrimônio de Referência.



Receitas e Despesas

No primeiro semestre de 2009, as receitas totais atingiram R\$ 192.017 mil, 16,1% superior se comparado com as de junho de 2008. As rendas com operações de créditos constituem a principal variável contribuindo com R\$118.707 mil, 44,0% superior às auferidas no período anterior, com destaque para as dos produtos Consignado Estadual e BanparáCard, cujo crescimento foi de 123,8% e 17,6%, respectivamente.

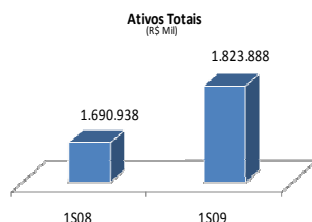
As despesas globais atingiram o montante de R\$ 175.520 mil, crescimento de 11,6% frente aos R\$ 157.257 mil do mesmo período de 2008. A evolução é decorrente do aumento dos custos administrativos (pessoal e geral) que representaram 44,9% das despesas.

As despesas administrativas, que compreendem as com pessoal, entre outras, totalizaram R\$78.663 mil, crescimento de 19,0% em relação a igual período do ano anterior.

O índice de eficiência operacional das despesas administrativas em relação às receitas atingiu, neste primeiro semestre de 2009, 61,2%, com redução de 0,3 pontos percentuais frente aos 61,5% registrados em junho de 2008. A melhoria deste índice decorre do crescimento de 31,6% no resultado da intermediação financeira antes das provisões para perdas em operações de crédito.

Desempenho Patrimonial

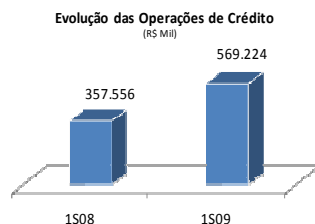
Ao final do primeiro semestre de 2009, a base de Ativos importou em R\$ 1.823.888 mil, o que equivale a crescimento de 7,8% em relação ao registrado no mesmo período de 2008.



A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresentou saldo de R\$514.127 mil no final do semestre, que representa aumento de 6,6% em relação ao igual período de 2008, sendo que R\$512.949 mil estão na Carteira Própria, que equivale a 99,7% do total da carteira.

Operações de Crédito

As operações de crédito cresceram 59,2%, totalizando R\$ 569.223 mil ao final do semestre. Destacaram-se as operações Consignado Estadual, que evoluiu 132,5% e alcançou a marca de R\$ 251.891 mil, seguida do BanparáCard, que aumentou 31,8%, registrando saldo de R\$173.800 mil.



Captação de Recursos

Os produtos de captação apresentaram comportamento distinto no primeiro semestre de 2009. O saldo de depósitos alcançou R\$1.517.716 mil, ou incremento de 6,3% em relação ao primeiro semestre de 2008, decorrente da expansão da base de clientes.

Os depósitos à vista atingiram R\$ 568.287 mil, representando evolução de 30,3% em relação ao mesmo período de 2008, enquanto a poupança apresentou uma evolução de 13,4% e o depósito a prazo uma involução de 6,0%.

Os depósitos a prazo provenientes do setor público apresentaram um decréscimo de 8,7% nos seis primeiros meses do ano, reflexo da crise financeira mundial que eclodiu em outubro de 2008.

Depósitos	30.06.09	30.06.08
Depósitos a Prazo	724.263	789.005
Depósitos à Vista	568.287	436.300
Depósitos de Poupança	195.904	172.857
Depósitos Interfinanceiros	29.262	30.284
Total de Depósitos	1.517.716	1.428.446

Mercado e Imagem

Responsabilidade Social e Ambiental

É crescente, em todo o mundo, o interesse da sociedade pelo desempenho das empresas no tocante à responsabilidade social e ambiental, que, em boa medida, vai refletir na melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas. Nesta linha, consciente do seu papel de promotor do desenvolvimento econômico e social, que não exclui questões ambientais, o Banpará ampliou os investimentos na gestão socioambiental, por meio das seguintes ações: manutenção do apoio financeiro à Casa do Menino Jesus III e o lançamento, em maio, do Projeto “Casa do Menino Jesus 10 anos”, que prevê a ampliação do espaço físico dessa entidade beneficente que abriga crianças carentes que lutam contra o câncer; o Programa Ambiente Amigo, centrado na coleta seletiva de lixo e em ações de conscientização ambiental junto aos seus funcionários e à sociedade, além de apoiar comunidades carentes por meio da venda de papel reciclado; e o Projeto Verão 2009, com o plantio de mudas nos principais pólos turísticos do Pará.

Ações de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentáveis

O Banpará destaca-se na administração e operacionalização dos programas de fomento do Governo do Estado do Pará e dos governos municipais. Atualmente, administra as seguintes políticas e programas do Governo do Estado: Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará – BANCO DO PRODUTOR, Política de Incentivos, Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE (Reversível para o Setor Privado), Programa CREDPARÁ, Fundo de Aval do Estado do Pará, Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais – PARÁ RURAL; assim como administra, em 07 (sete) municípios, os Fundos Municipais de Desenvolvimento.

Por meio desses programas são ofertados recursos para o financiamento de empreendimentos econômicos estratégicos para o desenvolvimento da base produtiva paraense, que refletem na redução das desigualdades regionais e sociais, no aumento da geração do emprego e renda, a par da desburocratização do acesso ao crédito e o estímulo do aproveitamento das potencialidades locais.

Houve a liberação, por meio de financiamentos e empréstimos do Governo do Estado do Pará, no 1º semestre de 2009, de recursos da ordem de R\$ 7.192 mil, que geraram aproximadamente 7.102 postos de trabalho, beneficiando mais de 50 municípios paraenses, assim como registrada amortização dos financiamentos e empréstimos no valor de R\$ 6.412 mil, que poderão ser reaplicados no Estado. Ressalte-se que os recursos disponíveis em todos os programas e políticas chegam a R\$ 45.745 mil. Com relação aos Fundos Municipais de Desenvolvimento, no 1º semestre de 2009 foram aplicados R\$ 27 mil, gerando 51 postos de trabalho, contudo, ainda há disponibilidade de serem empregados R\$ 461 mil em novos investimentos.

Rede de Atendimento

O Banpará, presente em 55 municípios paraenses, atende por meio de uma rede composta de 41 agências, sendo 11 na capital e 30 espalhadas pelo interior. Além disso, oferece aos seus clientes 37 Postos de Atendimento Bancário (PAB), 11 Pontos de Atendimento Avançado (PAA), 07 Caixas Deslocados e 56 Pontos de Atendimento Eletrônicos (PAE), totalizando, em 30 de junho de 2009, uma rede formada de 152 pontos, além do Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC (0800 280 6605). Além disso, o Banpará disponibiliza mais de 35.000 pontos de atendimento espalhados por todo Brasil, em parceria com o Banco 24 Horas e Rede Compartilhada e os canais eletrônicos – *Call Center* e *Internet Banking* – proporcionando aos clientes conhecer, com detalhes, as ferramentas e conteúdos para sua maior comodidade, com atendimento personalizado, agilidade, segurança nas informações e efetivação de transações comerciais.

Gestão e Tecnologia

Governança Corporativa

A estrutura organizacional do Banpará está constituída de acordo com os princípios da boa governança corporativa, garantindo transparência em sua forma de gestão, com postura ética e comprometida com os interesses, não somente do acionista controlador, acionistas minoritários e administradores, mas, também, com todas as partes interessadas envolvidas no processo.

A política de Governança Corporativa do Banpará estabelece o equilíbrio do controle e da fiscalização das ações praticadas, além de um relacionamento ético e transparente, que é desenvolvido por meio da prestação de contas (*accountability*), com processos adequados e sistematizados, pelo alinhamento da gestão às diretrizes estratégicas previamente definidas, à transparência, à equidade e a responsabilidade corporativa de conformidade com as regras (*compliance*).

Tecnologia da Informação

Neste semestre, a área de tecnologia da informação, por meio da modernização do *data center*, desenvolveu e ampliou diversos projetos que possibilitaram que vários sistemas computacionais fossem implementados ou recebessem melhorias.

O parque tecnológico das Agências, Postos de Atendimento e da Matriz receberam atualizações, medida esta viabilizada por meio da aquisição de 665 microcomputadores.

A área de TI, pautada na premissa de excelência dos serviços e expansão da rede de atendimentos e usuários, possui vários projetos em fase de licitação ou contratação, de tal sorte a alcançar as metas projetadas para 2009.

Segurança da Informação

Na área de segurança de informação foram realizadas no 1º semestre de 2009 importantes ações para criar mecanismos capazes de garantir maior proteção à área de tecnologia da informação do Banpará, entre outras, a instalação no parque tecnológico de um novo IPS (*Intrusion Prevention System*) e a adoção de diversas ações preventivas, como aumento da severidade nas regras do antivírus, regulamentação do uso da porta USB e dos Servidores de Arquivos, remodelagem da arquitetura dos repositórios de atualizações distribuídos nas agências e reestruturação de algumas agências e postos, medidas essas que, agregadas a uma constante política de conscientização do usuário, geraram o bloqueio de 120.460 infecções ou ataques por vírus eletrônicos/spywares, bem como um bloqueio de aproximadamente 11 milhões de e-mails indesejados, por se tratar de SPAM.

Controles Internos e Compliance

O Banpará promoveu a revisão de todos os processos e riscos mapeados, bem assim aplicou a metodologia de Auto-Avaliação de Riscos e Controles em Unidades-chaves do Banco, o que permitiu a identificação dos riscos residuais, por meio da avaliação crítica dos riscos versus efetividade dos controles aplicados, e implementação de Planos de Ação para mitigá-los. Visando a disseminação da cultura de Controles e Riscos na instituição, foram realizadas palestras e workshops para diversas áreas do Banco.

Riscos de Mercado

A Superintendência de Controles e Gerenciamento de Riscos - SUCOR, em atendimento às exigências da Carta-Circular 3.368/08 do Banco Central, implementou ferramenta para detalhamento dos dados referentes ao capital alocado relacionado às operações não classificadas na carteira de negociação. Além disso, está em processo de adoção de modelos internos de risco de mercado para cálculo de capital regulamentar, conforme Edital de Audiência Pública nº 31, de 16 de fevereiro de 2009.

Riscos de Liquidez

Em atendimento a Carta-circular 3.374/09 do BACEN, o Banpará passou a tratar, no Demonstrativo de Risco de Liquidez, a carteira de crédito rotativo de forma segregada das demais posições alocadas em crédito. O Banco mantém como meta o aprimoramento de seu modelo de projeções de margem, adequando-o sempre à natureza de suas operações, complexidade de seus produtos e serviços e dimensão das suas exposições.

Risco Operacional

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380/06 e com o disposto no acordo da BASILÉIA II, procura conhecer seus riscos operacionais com o objetivo de geri-los e mitigá-los. Adota a Abordagem do Indicador Básico (BIA) como metodologia para cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido - PRE referente ao Risco Operacional (POPR), porém vem desenvolvendo estudos para utilização de uma modelagem interna mais avançada que possibilite maior gerência sobre suas exposições ao Risco Operacional e menor alocação de capital para cobertura desse risco.

Risco de Crédito

O Banpará, além de atender a Resolução CMN nº 3.490/07 e circulares do BACEN que tratam da apuração do Patrimônio de Referência Exigido – PRE relativa a parcela de Risco de Crédito (PEPR), está em processo de implementação da nova estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com a Resolução CMN nº 3.721/09, em observância às recomendações de Basileia II e as melhores práticas adotadas pela indústria financeira.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

O Banpará, comprometido em manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral, adota medidas preventivas em consonância com a política “Conheça seu Cliente” e “Conheça seu Funcionário”, objetivando reduzir riscos de legalização de recursos provenientes de atividades ilícitas. Desta maneira, orienta seus funcionários visando criar a consciência de que, para prevenir e combater o processo de lavagem de dinheiro, o Banco depende do empenho de cada um.

Aprendizado e Crescimento

Pessoas

Ao término do 1º semestre de 2009, o Banpará contava com 1.175 empregados, sendo 656 do sexo masculino e 519 do sexo feminino. Somando-se à sua força de trabalho, o Banco contou com a colaboração de 192 estagiários, 21 adolescentes aprendizes e 74 portadores de necessidades especiais, contratados por meio de parcerias com organizações de responsabilidade e inclusão social como CIEE, IEL e APPD. Para compor este quadro, contratou 74 novos empregados, representando um aumento de pessoal de 6,61% se comparado a 31/12/2008.

Com objetivo de capacitar seus empregados, o Banco realizou várias ações de treinamento e desenvolvimento, num total de 1071 vagas nessas atividades, representando investimento na ordem de R\$ 483 mil, além de outros programas de valorização, como palestras culturais, campanhas educativas, treinamentos gerenciais ao ar livre, desenvolvimento de lideranças, oficinas, integração de equipes e atividades sócio-culturais.

Comprometido com a melhoria da qualidade de vida de seus empregados, o Banpará realizou campanhas de conscientização e promoção de saúde, a exemplo de palestras voltadas para prevenir o câncer de pele e doenças do coração, além de caminhadas ecológicas, momentos de relaxamento no trabalho e atividades terapêuticas. O Banpará também participou de ações solidárias, promovendo arrecadação de alimentos não perecíveis, materiais de higiene e limpeza, cobertores e roupas destinados às famílias desabrigadas em decorrência das enchentes ocorridas no município de Altamira-PA. Com foco na estratégia de direcionamento da empresa na priorização de projetos específicos, o Banpará investiu R\$ 314 mil, no 1º semestre de 2009, na qualificação de seus empregados em nível de graduação e pós-graduação, por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDEB, beneficiando 156 funcionários.

Dentro do contexto de aprimorar ainda mais o sistema de segurança das suas unidades, o Banpará investiu, no 1º semestre de 2009, R\$2.100 mil em segurança bancária.

Expectativas para o segundo semestre de 2009

O Plano de Negócios do Banpará apresenta uma expectativa de expansão coerente com a avaliação de mercado e com o atual cenário da carteira comercial além de atender às premissas estabelecidas no PROJETO BANPARÁ 50 ANOS.

A implementação definitiva da carteira de Pessoa Jurídica deverá contribuir significativamente para o aumento do resultado comercial durante o exercício de 2009, considerando que o potencial de crescimento do Banco neste segmento é extremamente significativo, principalmente em virtude de ser o Banpará a instituição financeira responsável pelo pagamento dos fornecedores do Estado.

Auditoria Independente

Em cumprimento ao contido no art. 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria AUDIMEC – Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, de Auditoria Externa.

Agradecimentos

A Administração agradece ao Acionista Controlador, aos demais Acionistas, ao público em geral e, principalmente, aos seus Clientes, pela confiança na Instituição.

A cada um dos funcionários, que atuaram de forma decisiva e competente pelo engrandecimento e fortalecimento do Banco, a Diretoria renova seus agradecimentos, tendo claro que a razão da manutenção do Banpará se deve ao talento indiscutível de uma equipe afinada, criativa e que, antes de tudo, tem compromisso com o cliente.

A Diretoria Colegiada

BALANÇO PATRIMONIAL		
	30.06.2009	30.06.2008
ATIVO		
Circulante	1.317.722	1.033.520
Disponibilidades	79.451	56.033
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	441.092	644.523
Aplicações no Mercado Aberto	381.001	614.356
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	60.091	30.167
Títulos e Valores Mobiliários	312.709	1.048
Carteira Própria	311.531	699
Vinculados a Prestação de Garantia	1.178	349
Relações Interfinanceiras	84.418	74.652
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4.284	4.763
Créditos Vinculados:		
Depósitos no Banco Central	80.082	69.228
SFH – Sistema Financeiro da Habitação	36	35
Correspondentes	16	626
Operações de Crédito	352.263	231.942
Operações de Crédito:		
Setor Público	977	931
Setor Privado	370.083	251.168
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(18.797)	(20.157)
Outros Créditos	45.284	22.383
Carteira de Câmbio	185	151
Rendas a Receber	412	468
Diversos	47.007	22.759
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(2.320)	(995)
Outros Valores e Bens	2.505	2.939
Outros Valores e Bens	4.505	5.098
(Provisões para Desvalorizações)	(2.000)	(2.210)
Despesas Antecipadas	-	51
Realizável a Longo Prazo	472.785	626.818
Títulos e Valores Mobiliários	201.418	481.304
Carteira Própria	201.418	466.080
Vinculado a Compromissos de Recompra	-	15.224
Relações Interfinanceiras	50.713	48.437
Créditos Vinculados:		
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	50.713	48.437
Operações de Crédito	188.103	97.077
Operações de Crédito:		
Setor Público	83	1.046
Setor Privado	198.080	104.411
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(10.060)	(8.380)
Outros Créditos	32.551	-
Diversos	32.551	-
Permanente	33.381	30.600
Investimento	33	39
Outros Investimentos	171	182
(Provisão para Perdas)	(138)	(143)
Imobilizado de Uso	32.462	30.299
Imóveis de Uso	44.682	45.328
Outras Imobilizações de Uso	39.199	36.464
(Depreciações Acumuladas)	(51.419)	(51.493)
Diferido	227	262
Gastos de Organização e expansão	546	476
(Amortização acumulada)	(319)	(214)
Intangível	659	-
Outros Ativos Intangíveis	681	-
(Amortização Acumulada – Intangível)	(22)	-
TOTAL DO ATIVO	1.823.888	1.690.938

BALANÇO PATRIMONIAL		
	30.06.2009	30.06.2008
PASSIVO		
Circulante	1.628.292	1.563.569
Depósitos	1.517.716	1.428.446
Depósitos à Vista	568.287	436.300
Depósitos de Poupança	195.904	172.857
Depósitos Interfinanceiros	29.262	30.284
Depósitos a Prazo	724.263	789.005
Captação no Mercado Aberto	-	15.199
Carteira Própria	-	15.199
Relações Interfinanceiras	11.938	14.853
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	11.850	14.189
Correspondentes	88	664
Relações Interdependências	125	190
Recursos em Trânsito de Terceiros	71	85
Transferências Internas de Terceiros	54	105
Outras Obrigações	98.513	104.881
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.204	6.864
Sociais e Estatutárias	72	-
Fiscais e Previdenciárias	9.195	7.550
Negociação e Intermediação de Valores	6.059	5.424
Diversas	79.983	85.043
Patrimônio Líquido	195.596	127.369
Capital Social	105.895	105.895
Reservas de Capital	16.484	5.511
Reserva de Lucro	56.446	-
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM	274	-
Lucros Acumulados	16.497	15.963
TOTAL DO PASSIVO	1.823.888	1.690.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE

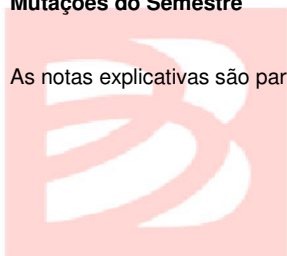
	30.06.2009	30.06.2008
Receita da Intermediação Financeira	159.772	137.575
Operações de Crédito	118.707	82.455
Resultado de Oper. com Tít. e Valores Mobiliários	38.297	52.807
Resultado das Aplicações Compulsórias	2.768	2.313
Despesas da Intermediação Financeira	(48.160)	(52.651)
Operações de Captação no Mercado	(42.168)	(47.900)
Resultado de Operações de Câmbio	(1)	-
Provisão para Operações de Crédito	(5.991)	(4.751)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	111.612	84.924
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(82.062)	(60.171)
Receitas de Prestação de Serviços	2.949	15.740
Rendas de Tarifas Bancárias	8.330	-
Despesas de Pessoal	(39.891)	(36.096)
Outras Despesas Administrativas	(38.772)	(29.998)
Despesas Tributárias	(6.965)	(5.923)
Outras Receitas Operacionais	1.764	1.011
Outras Despesas Operacionais	(9.477)	(4.905)
Resultado Operacional	29.550	24.753
Resultado não Operacional	1.991	650
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	31.541	25.403
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.368)	(7.046)
Provisão para Imposto de Renda	(5.378)	(4.877)
Provisão para Contribuição Social	(3.262)	(2.169)
Ativo Fiscal Diferido	(3.728)	-
Participações no Lucro	(2.676)	(2.394)
Empregados – Lei 10.101, de 19.12.2000	(2.609)	(2.394)
Administradores – Lei 6.404, de 15.12.1976	(67)	-
Lucro Líquido	16.497	15.963
Número de ações (Nota 11)	9.521.649	9.521.649
Lucro Líquido por ação (R\$)	1,73	1,68
Valor Patrimonial por ação (R\$)	20,54	13,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31.12.2007	292.213	6.107	-	-	(192.425)	105.895
Lucro do Semestre	-	-	-	-	15.963	15.963
Amortização do Prejuízo Acumulado	(186.318)	(6.107)	-	-	192.425	-
Capitalização do JCP	-	5.511	-	-	-	5.511
Saldo em 30.06.2008	105.895	5.511	-	-	15.963	127.369
Mutações do Semestre	(186.318)	(596)	-	-	208.388	21.474
Saldo em 31 de dezembro de 2008	105.895	16.484	56.446	-	-	178.825
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	274	-	274
Lucro Líquido do 1º semestre de 2009	-	-	-	-	16.497	16.497
Saldo em 30 de junho de 2009	105.895	16.484	56.446	274	16.497	195.596
Mutações do Semestre	-	-	-	274	16.497	16.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Banpará

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
	30.06.2009	30.06.2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	16.497	15.963
Ajustado Por:		
Depreciação/Amortização	2.761	2.581
Provisão p/ Perdas de Investimentos	7	-
Lucro Líquido Ajustado	19.265	18.544
Variação de Ativos e Obrigações		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(143.397)	(222.938)
Títulos e Valores Mobiliários	(9.890)	6.389
Relações Interfinanceiras/Interdependências	48.430	15.783
Operações de Crédito	(121.630)	(70.686)
Outros Créditos	(12.754)	2.921
Outros Valores e Bens	740	(122)
Outras Obrigações	(5.250)	15.791
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(243.751)	(252.862)
Atividades de Investimento		
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	428	371
Alienação de Imobilizado de Uso	103	1
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(295)	(247)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.983)	(2.251)
Aplicação no Diferido	(455)	(104)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	(5.202)	(2.230)
Atividades de Financiamentos		
Depósitos	273.294	260.156
Obrigações por Operações Compromissadas	(10.002)	(5.847)
Recursos de Emissão de Títulos	-	(5.508)
Recursos para Aumento de Capital	-	5.511
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamentos	263.292	254.312
Disponibilidade Líquida de Caixa	33.604	17.764
Modificações em Disponibilidades Líquida		
Início do Período	45.847	38.269
Fim do Período	79.451	56.033
Variação Líquida das Disponibilidades	33.604	17.764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	30.06.2009	30.06.2008
1 - RECEITAS	169.235	158.960
Intermediação Financeira	155.923	143.872
Prestação de Serviços	11.279	15.740
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão	(5.682)	(4.750)
Outras	7.715	4.098
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(44.595)	(58.631)
Captação	(42.168)	(47.900)
Câmbio	(7)	-
Títulos e Valores Mobiliários	(2.420)	(10.731)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(42.756)	(29.762)
Materiais, Energia e Outros	(3.887)	(3.010)
Serviços de Terceiros	(31.408)	(23.855)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(7.461)	(2.897)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	81.884	70.567
5 - RETENÇÕES	(2.679)	(2.578)
Amortização	(76)	(41)
Depreciação	(2.603)	(2.537)
6 - VALOR ADIC. LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	79.205	67.989
7 - VALOR ADIC. A DISTRIBUIR	79.205	67.989
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	79.205	67.989
8.1 - Pessoal	37.212	33.957
Remuneração Direta	24.777	22.991
Benefícios	10.679	9.462
FGTS	1.756	1.504
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	24.630	17.513
Federais	23.812	16.522
Estaduais	12	(1)
Municipais	806	992
8.3 - Remuneração de Capitais de Terceiros	799	556
8.4 - Remuneração de Capitais Próprios	16.564	15.963
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	67	-
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	16.497	15.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
RELATIVAS AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO 2009 E 2008**
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ** é uma sociedade anônima aberta de economia mista, tendo como acionista majoritário o Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo, com as carteiras: comercial, crédito imobiliário, de desenvolvimento e câmbio.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil ("BACEN") e do Conselho Monetário Nacional ("CMN").

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimentos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de vencimento das operações, na data de aquisição, seja igual ou inferior a noventa dias.

3.3. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.4. Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários estão registrados e classificados de acordo com as Circulares nº 3.068/2001 e 3.082/2002, que estabelecem os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis em carteira em:

- a) **Títulos para negociação** – adquiridos com o propósito de serem ativados e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- b) **Títulos disponíveis para venda** – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio, deduzido dos efeitos tributários; e
- c) **Títulos mantidos até o vencimento** – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. O registro dos "Títulos Mantidos até o Vencimento" em Curto e Longo Prazo foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido "Ajustes de avaliação patrimonial".

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os rendimentos dos títulos, calculados "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do período, independentemente da categoria em que são classificados.

3.5. Instrumentos Financeiros e Derivativos

Os instrumentos financeiros e derivativos são registrados, na data da aquisição, de acordo com a intenção da Administração, levando-se em conta a finalidade de projeção contra riscos (*hedge*) ou não, conforme Circular BCB nº 3.082, de 30.01.2002.

As operações com instrumentos financeiros efetuados em negociação associada à operação de captação de recursos, com o mesmo prazo de vencimento e com a mesma contraparte da operação associada, não são ajustadas a mercado, conforme Circular BCB nº 3.150, de 11.09.2002.

3.6. Relações Interfinanceiras

Os créditos junto ao FCVS, decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo valor nominal atualizado pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

3.7. Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas com taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia em rendas a apropriar e as operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos, observado que, se vencidas há mais de 59 dias, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas.

3.8. Outros Valores e Bens

Composto basicamente por Bens Não de Uso Próprio, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de registro. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. Segundo as normas bancárias brasileiras, devemos dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

3.9. Ativo Permanente

Os Investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes.

No Imobilizado é registrado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

• Imóveis de uso – Edificações	4%
• Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
• Demais itens	10%

O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26 de novembro de 2008, do CMN.

3.10. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente.

3.11. Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP, COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	até 5%

3.12. Passivos circulante e não circulante:

Depósitos e captações no mercado aberto - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia.

Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias vencidas e proporcionais e os abonos e folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

3.13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento, de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na deliberação 489/05 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

- Os ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Os passivos contingentes – decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.06.09	30.06.08
Posição Bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro	34.001	270.155
Letras do Tesouro Nacional	97.000	291.000
Nota do Tesouro Nacional	250.000	53.201
Depósitos Interfinanceiros		
Não Ligadas	60.091	30.167
Total	441.092	644.523

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) **Classificação por tipo de papel:**

Títulos	30.06.09	30.06.08
Letras Financeiras do Tesouro	312.432	278.695
CVS	201.418	203.657
Ações	277	-
Total	514.127	482.352

b) **Classificação por categoria e vencimento:**

Tipo	30.06.09			30.06.08		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos para Negociação						
LFT	312.169	312.432	17/03/2010 à 17/03/2010	277.818	278.695	17/06/2009 à 17/03/2010
Títulos disponíveis para Venda						
Ações	3	277	-	-	-	-
Títulos Mantidos até Vencimento						
CVS	201.418	201.418	01/01/2027 à 01/01/2027	203.657	203.657	01/01/2027 a 01/01/2027
Total	513.590	514.127		481.475	482.352	

6. CRÉDITOS VINCULADOS

Composição:

Itens	30.06.09	30.06.08
BACEN- Recursos Recebidos do Crédito Rural	6.333	4.908
Reservas Compulsórias em Espécie – BACEN	33.324	28.662
Recolhimentos s/ Depósitos de Poupança – BACEN	39.182	34.030
SFH – Créditos junto ao FCVS	50.681	48.370
Recolhimento Compulsório – Compensação de Documentos - BACEN	1.243	1.628
Outros	68	102
Total	130.831	117.700

Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista.

Os créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, já homologados pela Caixa Econômica Federal e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR).

Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela Caixa Econômica Federal.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1 **Composição:**

Operações de Crédito	30.06.09	30.06.08
Adiantamentos a Depositantes	175	116
Empréstimos	553.363	334.139
Financiamentos Industriais	-	58
Financiamentos Rurais e Agro – Industriais	9.855	7.987
Financiamentos Imobiliários	4.770	13.278
Financiamentos de Infra – Estrutura e Desenvolvimento	1.060	1.977

Subtotal	569.223	357.555
Provisão para Operações de Crédito		
Empréstimos	(16.245)	(11.589)
Financiamentos Industriais	-	(58)
Financiamentos Rurais e Agro-Industriais	(9.855)	(7.987)
Financiamentos Imobiliários	(2.757)	(8.902)
Total Líquido	540.366	329.019

7.2 Carteira Comercial

A conta Empréstimos é composta por operações destinadas à pessoa física, cujos prazos de amortização são de até 36 meses, permitida a liberação de novas parcelas em função das amortizações realizadas.

7.3 Carteira Imobiliária

Os financiamentos imobiliários, no montante de R\$ 4.770 mil, foram efetuados de acordo com as normas do SFH/FCVS, garantidas com hipotecas de 1º grau dos imóveis financiados e com seguros que cobrem riscos de morte e invalidez permanente do devedor e danos físicos do imóvel financiado. A carteira imobiliária encontra-se segregada da seguinte forma:

Contratos:	Qtd.	Valor
Com cobertura do FCVS		
- Em ser	34	2.575
- Em créditos baixados como prejuízo	54	2.578
Subtotal	88	5.153
Sem cobertura do FCVS		
- Em ser	52	2.195
- Em créditos baixados como prejuízo	48	5.546
Subtotal	100	7.741
Total Geral	188	12.894

Foi elaborada pela área de Crédito Imobiliário, em dezembro de 2007, política de recuperação e renegociação de crédito, incentivada com descontos no saldo devedor.

No primeiro semestre de 2009, foram renegociados 16 contratos, sendo 04 liquidados e 12 parcelados, totalizando R\$ 2.394 mil, tendo sido desembolsado pelos mutuários o valor de R\$ 173 mil, dos quais R\$ 118 mil à vista e R\$ 55 mil de entrada de parcelamento. A seguir é demonstrado os valores renegociados:

Contratos	Qtd.	Valor
Com cobertura do FCVS		
- Em créditos baixados como prejuízo	7	572
Subtotal	7	572
Fcvs gerado	7	9
Sem cobertura do FCVS		
- Em ser	4	1.243
- Em créditos baixados como prejuízo	5	579
Subtotal	9	1.822
Total Geral	16	2.394

O impacto financeiro dos descontos concedidos para os clientes que negociaram seus débitos, com e sem cobertura do FCVS, deduzidas as provisões registradas, foram de R\$ 158 mil e R\$ 147 mil, respectivamente.

Os créditos junto ao FCVS (Lei nº 10.150/2000) serão convertidos em títulos federais CVS com retorno no prazo de 30 anos, sempre contados a partir de 01.01.1997, com pagamento mensal de juros de 6,17% a.a. para os contratos com recursos próprios, e 3,12% a.a. para os com recursos do FGTS, a partir de 01.01.2005. O pagamento dos juros já está ocorrendo desde janeiro de 2005, e do principal desde janeiro de 2009, em prestações calculadas pelo Sistema de Amortização Constante – SAC.

7.4 Provisão Para Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos em liquidação a taxas que variam entre 0,5% e 100% em razão da classificação das operações por ordem de risco, conforme demonstrado abaixo:

Nível de Risco	Valor da Carteira	Taxa de Risco (%)	Valor da Provisão
AA	1.060	0,0	-
A	461.786	0,5	2.309
B	1.802	1,0	18
C	66.307	3,0	1.990
D	13.037	10,0	1.304
E	1.027	30,0	307
F	1.043	50,0	521
G	2.510	70,0	1.757
H	20.651	100,0	20.651
Total	569.223		28.857

7.5 A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa teve a seguinte movimentação:

Itens	30.06.09	30.06.08
Saldo no final do 2º Semestre/2008	(25.555)	(29.226)
Provisões Constituídas	(17.933)	(11.013)

Reversões de Provisões	7.700	7.225
Valores Baixados ou Compensados c/ Créditos	6.931	4.477
Saldos no fim do 1º Semestre/2009	(28.857)	(28.537)

O montante dos créditos recuperados, no 1º semestre 2009 que haviam sido anteriormente baixados contra provisão foi de R\$ 3.898 mil (R\$2.121 mil no 1º semestre de 2008).

8. OUTRAS IMOBILIZAÇÕES

Itens	30.06.09	30.06.08
Sistema de Processamento de Dados	30.223	28.242
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.875	6.061
Sistema de Comunicação	504	528
Sistema de Segurança e Transportes	1.867	1.514
Móveis e Equipamentos em Estoque	549	-
Imobilizações em Curso	181	119
Total	39.199	36.464

9. CAPTAÇÕES

Depósitos	30.06.09	30.06.08
Depósitos à Vista	568.287	436.300
Depósitos de Poupança	195.904	172.857
Depósitos Interfinanceiros	29.262	30.284
Depósitos a Prazo	724.263	789.005
Total de Depósitos	1.517.716	1.428.446

Os Depósitos de Poupança são atualizados pela variação da Taxa Referencial e acrescidos de juros de 6% ao ano; os Depósitos à Prazo são remunerados à taxa (em função do CDI) com vencimentos, entre 30 e 180 dias.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Diversas	30.06.09	30.06.08
Cheque Administrativo	804	4.749
Contrato de Assunção de Obrigações	2.721	10.519
Obrigações p/ Contribuições ao SFH	13	18
Obrigações por Convênios	10.936	11.494
Obrigações por Prestação de Serviços	4.564	1.868
Provisão para Pagamentos a Efetuar	41.167	38.852
Credores Diversos - País	3.874	1.036
Passivo Contingente – Trabalhista	6.927	9.276
Passivo Contingente – Cíveis	7.568	6.075
Passivo Contingente – Cessão de Crédito Rural com Coobrigação	1.409	1.156
Total	79.983	85.043

A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

As principais provisões constituídas no exercício que compõem o saldo da rubrica PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR, são:

Itens	30.06.09	30.06.08
Provisão com Pessoal	8.104	7.317
Suplementação e contribuição PAVI/PROIAP/PDVI	59	123
Provisão com Participação nos Lucros e Resultados – PLR	2.611	2.394
Obrigações Atuarial	26.078	25.440
Provisão p/ Outras Despesas Administrativas	3.950	3.397
Outros	365	181
Total	41.167	38.852

a) **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente.

b) **Passivos contingentes e obrigações legais – Fiscais e Previdenciárias** – O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, adotando-se 3 critérios: Critério 1 Chance considerada como remota de perda, onde não são provisionados valores relacionados à ação; Critério 2 Chance possível de perda, onde são provisionados 50% dos valores relacionados; Critério 3 Chance provável de perda, no que provisiona-se 100% dos valores relacionados.

A administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

b.1) Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

b.2) Processos Cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

b.3) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O BANPARÁ vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazo, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 30.06.2009, são:

- **CPMF - R\$ 1.519 mil** - Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de Declarações relacionadas à CPMF. No mérito é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **INSS - R\$ 313 mil** - Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar visando afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o Abono Único concedido pela Convenção Coletiva de Trabalho 2003/2004. A tese do banco tem como fundamento a natureza não salarial do abono concedido, o que afasta a incidência de contribuição previdenciária. A tese tem amparo na pacífica posição jurisprudencial sobre o assunto.

- **ISS - R\$ 926 mil** - Trata-se de Ação Anulatória de Débitos Fiscais com Pedido de Depósito impugnando judicialmente os autos de infração julgados procedentes pelo Município de Belém, impondo ao banco a obrigação de pagamento de valores decorrentes de um pretenso recolhimento à menor de ISSQN. A tese do banco tem como fundamento a ilegalidade do entendimento do Fisco Municipal em tributar rubricas contábeis desvinculadas da prestação de serviços, incidindo sobre receitas próprias do banco. A tese tem amparo doutrinário e jurisprudencial.

- **IOF – Fundos - R\$ 613 mil** - Trata-se de Execução Fiscal decorrente de pretenso recolhimento a menor de IOF incidente sobre movimentação do Fundo Banpara de Aplicação Financeira. O banco embargou a execução fiscal considerando que Guias de Darf comprovam o pagamento do tributo, anexa aos autos, porém a Fazenda Nacional alega não corresponder ao total devido, restando um suposto débito.

- **ITR - R\$ 34 mil** - Trata-se de Execução Fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de Execução Fiscal já em curso. Os accertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do accertamento definitivo da CDA (Certidão de Dívida Ativa). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- **IPTU - R\$ 428 mil** - Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém - Pa visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do patrimônio do banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário tendo em conta que o banco já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos pelo banco.

c) Provisões segregadas por natureza

Natureza	30.06.09	30.06.08
Processos trabalhistas	6.927	9.276
Processos cíveis	7.568	6.075
Subtotal	14.495	15.351
Fiscais e Previdenciárias	3.833	3.444
Total	18.328	18.795

d) Movimentação das provisões

	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do período	8.094	6.584	3.654
Atualização monetária	220	556	233
Constituições/(reversões)	(408)	432	-
Pagamentos	(979)	(4)	(54)
No final do período	6.927	7.568	3.833

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no País, assim distribuídas:

• Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
• Pessoas Jurídicas	1.360	0,0143%

11.2 Exigibilidades de Capital e Limites de Imobilização

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 30.06.2009, conforme regulamentação em vigor:

Indicadores	30.06.2009
Patrimônio de Referência – PR	156.443
Patrimônio de Referência Exigido – PRE	69.748
Índice de Basiléia	24,6%
Índice de Imobilização	20.7%
Margem de Imobilização	45.066

O Índice de Solvabilidade de Basiléia apresentado ao final do primeiro semestre de 2009, de 24,6%, apresentou-se superior ao mínimo de 11% exigido na forma da Resolução nº 2.099/94.

12. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

12.1 Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão

O BANPARÁ patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela CAFBEP - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do BANPARÁ, entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios – Prev-Renda, que instituiu o plano de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária – considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda.

São os seguintes os benefícios de complementação de aposentadoria:

(a) Plano de Benefício Definido - BD

Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio reclusão. Trata-se de plano com 21 participantes, todos assistidos, que se encontra em extinção, visto que o mesmo não admite o ingresso de novos participantes.

(b) Plano de Contribuição Definida - CD

Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do BANPARÁ e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

(a) Plano de Benefício Definido – BD

O valor do Passivo Atuarial de responsabilidade do BANPARÁ, em 30.06.09, conforme avaliação do atuário independente Watson Wyatt do Brasil Ltda., é assim demonstrado:

Itens	30.06.09	30.06.08
Serviço Passado	242	356
Déficit Técnico	1.893	1.718
Total	2.135	2.074

Os valores devidos pelo Banco, por conta desse passivo, vêm sendo pagos por meio de contribuições mensais correspondentes a R\$ 101 mil (cota patronal). Destaca-se que os mesmos encontram-se integralmente provisionados.

No 1º Semestre de 2009, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$ 539 mil.

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

Taxas Percentuais, ao ano	2009	2008
- Taxa de desconto da obrigação atuarial, real	6%	6%
- Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano real	6%	6%
- Expectativa de inflação para o exercício	6%	6%
- Aumentos salariais futuros	2%	2%
- Rotatividade	0%	0%
- Aumentos futuros de benefícios	0%	0%
- Parcela de funcionários optando por aposentadoria precoce	0%	0%

Tempo Médio para Aposentadoria em anos: 4

(b) Plano de Contribuição Definida – CD

Contribuições pagas	Percentual sobre a folha de salários
Contribuições do Banco	4,42
Contribuições do Participante	4,42

Estímulo à migração

O Banco se obrigou a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16,623401% sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pago até 30.06.2009, 79 parcelas restando, ainda, 101 parcelas de R\$ 366 mil, a liquidar. Esses valores foram reconhecidos de forma diferida, à taxa de 11,74% a.a. (6% + INPC acumulado 06 meses até junho/2009) ao ano, com base na Deliberação CVM nº 371/2000, estando totalmente provisionado, cujo Passivo reconhecido em 30.06.2009 é de R\$ 23.942 mil (R\$ 23.366 mil, em 30.06.2008).

No 1º Semestre de 2009, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$ 2.203 mil.

12.2 Plano de Assistência à Saúde - PAS

O BANPARÁ patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, Plano de Assistência à Saúde - PAS para os empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios oferecidos pelo sistema oficial de saúde, cuja administração é efetuada pela CAFBEP - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S.A., entidade fechada de previdência privada.

No 1º Semestre de 2009, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$ 762 mil.

Não há provisão constituída para este plano por não haver déficit bem como pagamento de benefício pós emprego.

13. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS

O Banco tem sob sua administração Fundos de Investimentos, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

Fundos	30.06.09	30.06.08
Fundos de investimentos Financeiros		
BANPARÁ Fundo de Invest. Financeiro – Renda Fixa – Curto Prazo	-	3.836
BANPARÁ Fundo de Invest. Financeiro – Renda Fixa – FIF 30	-	9.800
BANPARÁ Fundo de Invest. Financeiro – Renda Fixa – FIF 60	-	24.693
Fundo de Investimento – CAFBEP	38.363	38.865
FIC Previdenciário	-	25.000
Subtotal	38.363	102.194
Fundos de Desenvolvimento		
Carteira IGPREV	254	254
FDE	26.945	29.195
Banco do Produtor	36.497	34.177
Banco do Povo	463	459
Crédito Produtivo	6.425	6.426
Fundo Ver-O-Sol	300	279
CredPará	23.026	-
FMD Ananindeua	33	-
FUNGER ÓBIDOS	8	-
Subtotal	93.951	70.790
Total	132.314	172.984

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As captações no mercado aberto, depósitos a prazo, e demais transações entre partes relacionadas, são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros. Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

Transação:	30.06.09	30.06.08
Depósitos		
Estado do Pará à vista	367.214	215.038
Estado do Pará à prazo	605.402	642.078
Obrigações Sociais e por Convênio		
Caixa de Previdência e Assistência dos Funcionários do BANPARÁ	26.137	25.563

15. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 30.06.2009, é de R\$ 110.243 (R\$ 84.767 mil em junho de 2008), determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, no sentido de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições. Em 30.06.2009, nossa posição não apresenta saldo.

17. ACORDO DE COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

O BANPARÁ mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24.02.2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24.08.2001. Em 30.06.2009, a posição da obrigação do BANPARÁ que envolve referido acordo é a seguinte:

Modalidade da Operação	Data do Contrato	Vencimento da Obrigação	Valor do DIR	Juros Capitalizados	Valor Total
DI Rural	27.05.2009	24.09.2009	20.000	166	20.166
	19.05.2009	21.09.2009	4.500	48	4.548
	19.05.2009	23.11.2009	4.500	48	4.548

18. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

18.1 Base de cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

DESCRIÇÃO	2009		2008	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da trib. e participações	26.036	26.036	23.008	23.008
Base de Cálculo	26.036	26.036	23.008	23.008
Adições (Exclusões)	5.030	5.030	5.580	5.546
Lucro Tributável antes das Compensações	31.066	31.066	28.588	28.554
Compensação Prejuízos Fiscais e Base Negativa	(9.320)	(9.320)	(8.576)	(8.566)
Base de Cálculo após Compensações	21.746	21.746	20.012	19.988
Alíquota Normal (15%)	3.262	3.262	3.002	2.998
Adicional do Imposto de Renda (10%)	2.162	-	1.989	-
Valores Devidos	5.424	3.262	4.991	2.998
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(46)	-	(120)	-
IR e CSLL a Pagar	5.378	3.262	4.871	2.998

18.2 Origem e movimentação dos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas

DESCRIÇÃO	30/06/2008	EXCLUSÕES	ADIÇÕES	30/06/2009	CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Provisão p/ Créditos em Liquidação	92.572		855	93.427	40.100
Provisão p/ Outros Créditos	15.274		3.629	18.903	7.448
Provisão p/ Passivos Trabalhistas	5.243	(2.349)		2.894	1.333
Provisão p/ Ações Cíveis	6.075		1.493	7.568	2.880
Prejuízos em Operações. Swap	516		0	516	129
Provisão p/ Diferença de Inventário	3.056		0	3.056	1.222
Provisão p/ Riscos Fiscais	3.443		390	3.833	1.506
Provisão p/ Outros Valores e Bens	4.347	(209)		4.138	1.736
Total das Adições Temporárias	130.526	(2.558)	6.367	134.335	56.353
Prejuízo Fiscal	93.026	(15.756)		77.270	19.317
Base Negativa	118.945	(15.756)		103.189	19.606
Total do Crédito Tributário					95.276
Crédito Tributário Ativado					38.923
Crédito Tributário Não Ativado					56.353

A ativação de crédito tributário está fundamentada em estudo técnico demonstrativo da expectativa de geração de resultados futuros, que possibilitam a sua realização no prazo de até 10 anos.

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes de IRPJ (25%) e CSLL (15%) sobre suas respectivas bases e, atualmente, são observados os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Em 30.11.2008 o Banco ativou créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa no montante de R\$ 43.327 e no mesmo período apresentou saldo no montante de R\$ 54.379 relativo a diferenças temporárias, que, no entanto, não foram ativados naquela época.

Atualmente o Banco apresenta um saldo da ativação de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa no montante de R\$ 38.923 que será baixado dentro da expectativa inicial. Neste mesmo período o Banco apresenta um saldo no montante de R\$ 56.353 relativo a diferenças temporárias que no momento estão passando por revisão contábil/jurídica.

18.3 Expectativa de realização dos créditos tributários:

Ano de Realização	IRPJ a Compensar	CSLL a Compensar	Total Geral
2009	(5.537)	(3.322)	(8.859)
2010	(5.650)	(3.390)	(9.040)
2011	(5.452)	(3.271)	(8.723)
2012	(4.233)	(3.626)	(7.859)
2013	-	(3.974)	(3.974)
2014 a 2017	-	(2.954)	(2.954)
Total	(20.872)	(20.537)	(41.409)

As projeções foram efetuadas com base no orçamento realizado até outubro de 2008 e em projeções econômicas utilizando taxa de crescimento estável ou decrescentes para os anos subseqüentes, considerando o cenário macroeconômico e as mudanças ocorridas internamente no Banco.

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

19.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais:

Outras Receitas Operacionais	30.06.09	30.06.08
Recuperação de Encargos e Despesas	53	18
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	995	944
Atualização Monetária de Valores Ativos	10	7
Outros	706	42
Total	1.764	1.011
Outras Despesas operacionais	30.06.09	30.06.08
Despesas Carteira Imobiliária	6.931	1.711
Despesas Descontos Concedidos	10	29
Despesas de Atualização de Impostos e Contribuição	233	258
Atualização Monetária de Valores Passivos	288	174
Atualização de Ações Judiciais	773	707
Ações Judiciais	705	1.986
Outras Despesas Operacionais	537,	40
Total	9.477	4.905

19.2 Outras Receitas/Despesas Não Operacionais:

Outras Receitas/ Despesas Não Operacionais	30.06.09	30.06.08
Reversão de provisões não operacionais	130	162
Insubsistências Passivas	2.180	11
Lucros em Transações com Valores Mobiliários	1.437	439
Rendas de Aluguel	111	64
Outras Receitas não Operacionais	77	115
Prejuízos em Transações com Valores	(1)	(12)
Insubsistências ativas	(216)	(17)
Insubsistências Passivas	(527)	-
Roubos por Assalto	(1.006)	-
Provisões não operacionais	(162)	(100)
Outras Despesas não Operacionais	(31)	(12)
Total	1.992	650

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY
Presidente

BENEDITO PASSOS GÓES
Membro

EDILSON RODRIGUES DE SOUSA
Membro

JOSÉ JÚLIO FERREIRA LIMA
Membro

JOSÉ RAIMUNDO BARRETO TRINDADE
Membro

MARCO ANTÔNIO LIMA DE GUSMÃO
Membro

DIRETORIA

AFFONSO RODRIGUES VIANNA NETO
Presidente Interino

ADERSON DO CARMO BRAGA PESSOA
Diretor

AMAURY VALENTE DE SOUZA
Diretor

CARLOS ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA
Diretor

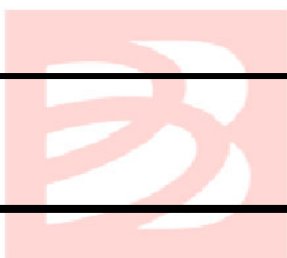
GLICÉRIA DEUSDEDIT CARVALHO DE MELO
Diretor

CONSELHO FISCAL

TEREZA REGINA DE JESUS CORDOVIL CORRÊA
Presidente

JOSÉ MARIA TAVARES TEIXEIRA
Membro

MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Membro



LUIZ ALBERTO NERY SAMPAIO
Contador CRC (PA) nº 6678

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas do
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A - BANPARÁ
Belém/PA

- 1) Examinamos o Balanço Patrimonial do **BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A - BANPARÁ**, levantado em 30 de Junho de 2009, e suas respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes ao período findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da instituição financeira; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas.
- 3) Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis referidas no parágrafo "1", representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A - BANPARÁ**, em 30 de junho 2009 e o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas suas operações, referentes ao semestre findo nessa data, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4) Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao período findo em 30 de junho de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse período, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 30 de julho de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 03, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º. de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao período findo em 30 de junho de 2008, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2009, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Belém/PA, 14 de Agosto de 2009

AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PE 000150-T RN "S" PA

LUCIANO GONÇALVES DE MEDEIROS PEREIRA
CRC/PE 010483/O-9 "S" PA
RESPONSÁVEL TÉCNICO

PETRÔNIO DE ARAÚJO PEREIRA
CRC/PE 000738/O-6 "S" PA
CONTADOR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Inciso II do artº 163, da Lei nº 6.404/76, tendo examinado o Balanço Patrimonial levantado em 30.06.2009 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao semestre findo naquela data, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório da Diretoria Colegiada, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição, no período.

Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém(PA), 17 de agosto de 2009.

Conselho Fiscal



Banpará

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V. do art. 142 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30/06/2009, acompanhadas do relatório da Administração, pareceres dos auditores independentes, AUDIMEC – Auditores Independentes S/S e do Conselho Fiscal, e com base na análise efetuada, aprovou, por unanimidade, os documentos, por refletirem adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição.

Belém (PA), 21 de agosto de 2009.

Conselho de Administração



